



Uma lata de leite

Alexandre Santos

Comentário sobre a persistência da fome e da injustiça social no Brasil.

Em 30 de maio de 2008, o governo federal comemorou a queda para 178 pontos do Risco-Brasil apontado pelo chamado EMBI (Emerging Markets Bond Index), índice inventado pelo Banco JP Morgan Chase para medir a capacidade dos países honrarem compromissos financeiros, orientando a confiança dos especuladores. Naquele dia, considerado auspicioso para a economia brasileira, no mercado secundário de títulos da dívida externa brasileira, o Global 40 teve alta de 0,79% e o Global 18, de 0,88%. Isto, em outras palavras, disse aos especuladores internacionais que, sendo bom pagador, o Brasil é um porto seguro para o capital.

Naquele mesmo dia, em Fortaleza, a desempregada Patrícia Galvão Camelo, de 33 anos e grávida de seis meses, foi solta após três dias presa em uma delegacia.

O crime de Patrícia foi tentar roubar uma lata de leite.

Presa em flagrante delito antes de consumir o furto, Patrícia disse em depoimento que estava com fome e não tinha dinheiro para pagar o leite.

Não houve condescendência. Ela foi recolhida ao xadrez e, lá estaria até hoje, se a mídia não tivesse divulgado o caso, provocando comoção popular.

“Tem tanta gente aí fora que comete muitos crimes. E eu estou aqui presa, com fome, muita fome. Fome de doer o estômago”, disse Patrícia atrás das grades.

Mas a lei é dura. Pouco importa a fome de Patrícia e da criança ainda em seu ventre.

O delegado que cuidou do caso, um tal, Antunes Teixeira, ensinou que, apesar de Patrícia não ter passagem pela polícia, só poderia ser liberada com o pagamento de fiança ou em função de determinação judicial. Reforçando o caráter da prisão, o delegado acrescentou que não compensaria ao Estado mover a sua máquina processual para condenar Patrícia porque “tudo isso vai custar mil vezes mais que o valor da lata de leite”.

Mesmo assim, a moça ficou presa até uma manifestação concreta do Poder Judiciário.

Este caso traduz com clareza a natureza do modelo político e econômico a que estamos submetidos.

Ao tempo que a política econômica levada adiante pelo governo federal oferece excelente plataforma para a especulação e para o investimento estrangeiros, admite a

existência de brasileiros que, para sobreviver, precisam recorrer ao furto, tratando-os como se fossem criminosos.

O episódio de Fortaleza não é único.

As estatísticas do sistema carcerário são tenebrosas. Mostram números que fazem arrepiar qualquer pessoa de bom senso. Jovens de todas as idades, que deviam estar no mundo do trabalho, cuidando ou preparando a constituição de novas famílias, estão recolhidos às penitenciárias, verdadeiras faculdades do crime, por terem cometido deslizes familiares ou servido de massa de manobra do submundo, com destaque para o narcotráfico.

Não nos deixemos iludir por números que fazem da economia um paraíso para aqueles que já têm tudo o que precisam.

A economia que, de fato, interessa à sociedade é aquela capaz de reduzir o número de pedintes nas esquinas, de necessitados nas ruas, de pessoas que precisam recorrer às atividades consideradas criminosas para sobreviver.

(*) Alexandre Santos é presidente do Clube de Engenharia de Pernambuco
e-mail: alexandresantos@br.inter.net

Publicado no Blog do Magno
http://www.blogdomagno.com.br/templates/blogdomagno/index.php?cod_pagina=32865